

TEMPO DE REVOLUÇÃO

SETEMBRO DE 2022 - R\$ 5,00

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DA ESQUERDA MARXISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL (CMI) EDIÇÃO 22

Derrotar Bolsonaro, lutar pela revolução!

Leia também:

Viva os 20 anos da ocupação
da Cipla pelos trabalhadores! p. 08



EDITORIAL

Eleições 2022: Derrotar Bolsonaro e lutar por um novo mundo

A crise de dominação da burguesia, fruto da agonia do capitalismo, prossegue ao redor do mundo. Governos de diferentes matizes são eleitos, testados e muito rapidamente encontram-se com o aumento da rejeição popular. Todos eles, comprometidos em gerir a crise do capitalismo, não podem resolver os problemas reais e concretos das massas.

Bolsonaro, nesses quase quatro anos, foi incapaz de constituir um governo estável e ainda mais incapaz de transitar para uma ditadura totalitária, mesmo que esse fosse seu desejo. A rejeição e ódio ao governo só cresceram, em particular com a gestão criminosa da pandemia. Agora, mesmo com medidas eleitoreiras, mentiras e distorções apresentadas na campanha, Bolsonaro tem um teto para conseguir a maioria dos eleitores.

Isso não significa que não há uma base de iludidos e reacionários que segue apoiando o governo, 31% ainda o consideram ótimo ou bom (Datafolha). Mas essa parcela, além de minoritária, é composta majoritariamente por uma pequena-burguesia desesperada com a crise, que busca no candidato reacionário uma saída.

Em um país de mais de 210 milhões de habitantes, essa minoria pode realizar manifestações com um número considerável de participantes. Foi o que vimos no 7 de Setembro

do bicentenário da suposta independência, um número de participantes também inflado pelo uso da máquina governamental e das campanhas eleitorais. Essa massa que vai às ruas de verde e amarelo é poeira, que não tem nada a ver com a força política das mobilizações de jovens e operários.

Bolsonaro pode desejar uma ditadura, pode fazer discursos com insinuações golpistas, mas não há correlação de forças capaz de implantar um regime desse tipo no país, não tinha em 2018, ainda menos em 2022. O imperialismo sabe bem disso e, por isso, não apoia tal aventura.

Já Lula tem o vento favorável para seu re-

torno ao Palácio do Planalto. Tão favorável que mesmo adotando a linha política da derrota, ou seja, da conciliação com a classe inimiga e de defesa das podres instituições burguesas, mesmo assim ele caminha para a vitória diante do ódio majoritário ao governo Bolsonaro e das massas estarem utilizando sua candidatura para pôr fim ao governo reacionário. Ao mesmo tempo, essa linha pode fazer com que uma possível vitória no 1º turno seja postergada para o 2º turno.

A política conciliadora não anima uma campanha militante, em particular entre a juventude. Lula e o PT, na realidade, não estão interessados

em mobilizar e organizar a base, não organizam comitês de campanha, “desconvocam” atos, como as tradicionais manifestações do movimento operário e popular no 7 de Setembro, o “Grito dos Excluídos”, para não polarizar com os atos bolsonaristas. Sabem que jovens e trabalhadores em movimento e organizados são um inconveniente para o governo que preparam, de unidade nacional com a burguesia e para a burguesia.

O PSOL poderia e deveria jogar um papel nessas eleições, colocando-se como uma alternativa de esquerda visível, independente da burguesia e de combate a Bolsonaro. No entanto, a maioria da

direção do partido optou por ir a reboque do PT e de Lula, pela primeira vez não lançou candidatura própria para presidente e para governo e Senado em diferentes estados, apoiando inclusive candidatos de partidos burgueses, como Freixo, agora do PSB, no RJ. Aprovou também a federação com a Rede. O PSOL caminha, assim como PT e PCdoB, para dissolver o caráter de classe do partido.

As campanhas da Esquerda Marxista e o combate por uma plataforma revolucionária

A Esquerda Marxista, compreendendo a necessidade da unidade do proletariado contra o inimigo

Ramiro Furquim



EXPEDIENTE

Diretor de Publicação: Serge Goulart
Editor: Evandro Colzani
Diagramação: Henrique de Macedo
Capa: Evandro Colzani

Conselho Editorial: Alex Minoru, Caio Dezorzi, Johannes Halter, Lucy Dias, Luiz Bicalho e Maritania Camargo

Comitê de Redação: André Mainardi, Francine Hellmann, Henrique de Macedo, Mariana Rosa, Michel Silva, Michelle Vasconcellos e Mateus Tavares

Jornalista Responsável: Rafael Prata
MTB nº 40040/SP

TEMPO DE
REVOLUÇÃO



comum, o movimento e combate que as massas estão travando nessas eleições, reafirma sua posição de voto em Lula para derrotar Bolsonaro. No entanto, também reafirmamos que esse é um voto crítico, condenando as alianças de Lula com a burguesia, a inaceitável presença de Geraldo Alckmin como vice, e o programa de manutenção da ordem capitalista e submissão aos interesses imperialistas. Um voto que alerta também para o que se prepara em um governo de união nacional com a burguesia, explicando a necessidade do fortalecimento da organização e da mobilização independente do proletariado para os combates que se preparam.

Estamos na campanha para derrotar Bolsonaro, com a ação dos militantes e de nossas candidaturas nos estados, apresentando um manifesto de combate ao capitalismo e luta pelo socialismo, acompanhado de uma plataforma revolucionária, com um conjunto de reivindicações com as necessidades imediatas e históricas centrais da classe trabalhadora.

Essa plataforma começa com o não pagamento da fraudulenta dívida pública interna e externa. O pagamento de juros e amortizações desta dívida, apenas em 2021, consumiu R\$ 1,96 trilhão, correspondendo a 50,78% do orçamento federal executado no ano passado. Para comparar, o investimento em saúde realizado em 2021 foi de 4,18% e, em educação, de 2,49% do orçamento (dados compilados pela Auditoria Cidadã da Dívida). Os impostos, majoritariamente pagos pelo proletariado no consumo, são sugados pela dívida para abaste-

cer os cofres do capital financeiro internacional.

Nossa plataforma reivindica a educação e saúde públicas e gratuitas para todos. O argumento da burguesia de falta de recursos públicos para esses fins, a necessidade de um teto de gastos, é desmascarado pelo desvio dos recursos para bancos e especuladores com o já citado pagamento da dívida. Uma dívida que não foi o povo que fez e que, mesmo sendo paga ano após ano, não para de crescer, hoje atingindo a marca de R\$ 7,64 trilhões!

Estamos na campanha para derrotar Bolsonaro, com a ação dos militantes e de nossas candidaturas nos estados, apresentando um manifesto de combate ao capitalismo e luta pelo socialismo

Contra o desemprego e a carestia, reivindicamos seguro-desemprego para todos os desempregados, estabilidade no emprego e reajuste mensal automático dos salários de acordo com a inflação.

A reestatização de empresas privatizadas, a estatização das empresas que fecham ou realizam demissão em massa, a ampliação dos serviços e obras públicas, propiciaria a criação de novos postos de trabalho para combater o desemprego que, na realidade, é bem maior do que os índices oficiais do IBGE (9,3% no 2º trimestre de 2022), já

que esse dado não considera os que desistiram de procurar emprego e os informais, como os trabalhadores de aplicativos. Os trabalhadores não querem migalhas (Bolsa Família ou Auxílio Brasil), os trabalhadores necessitam de emprego, salário digno e direitos.

Sobre a legitimidade da anulação das privatizações realizadas, vale recordar o escandaloso caso da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, realizada em 1997, pelo governo FHC. O controle passou para a iniciativa privada por R\$ 3,3 bilhões, mas já na época era avaliada em R\$ 12,5 bilhões (mesmo esse, um valor subestimado), hoje, é avaliada em R\$ 452 bilhões! Essa bondade com o patrimônio público prosseguiu nos governos seguintes, Lula e Dilma não anularam as privatizações anteriores e avançaram em novas, principalmente de rodovias, aeroportos, hidrelétricas e a maior privatização em valores brutos, com o leilão do Campo de Libra. O governo Bolsonaro, obviamente, avançou nas privatizações, como da Eletrobras neste ano, deixando outras na mira, como a dos Correios.

Lutamos por moradia para todos e, por isso, somos pelo congelamento do valor dos aluguéis, proibição de despejos por falta de pagamento de aluguéis e expropriação dos prédios e terrenos ocupados. Lutamos ainda por uma verdadeira reforma agrária que deve passar pela expropriação e estatização do agronegócio e do latifúndio, sob controle dos trabalhadores!

Nossa plataforma coloca a necessidade da retomada da previdência pública e solidária, o

retorno à regra anterior às reformas iniciadas por FHC. Defendemos que o trabalhador homem possa se aposentar após 35 anos de trabalho e a mulher após 30 anos de trabalho. Devendo ser considerado o tempo de trabalho e não apenas o tempo de contribuição ao INSS, como instituído em 1998. Somos contra as regras que consideram a idade para o cálculo da aposentadoria, como o fator previdenciário (de 1999) ou as fórmulas que somam idade e tempo de contribuição. Os trabalhadores mais pobres são os que começam a trabalhar mais cedo e não podem ser penalizados por isso. Somos, portanto, pelo fim da idade mínima para aposentadoria, como instituído pela última reforma, de Bolsonaro.

Lutamos pela revogação de todas as reformas trabalhistas que retiraram direitos conquistados, com destaque para a reforma de 2017 realizada por Temer, que amplia as terceirizações (possibilitando também que trabalhadores sejam contratados como Pessoa Jurídica, sem direitos), regulamenta o trabalho parcial e intermitente, o teletrabalho, fraciona as férias, e institui a prevalência do negociado entre patrão e empregado sobre a lei, tornando os trabalhadores reféns das pressões no local de trabalho.

Somos ainda pela revogação do fundo partidário e eleitoral, esse escandaloso desvio dos recursos públicos para a sustentação de partidos e campanhas eleitorais. Só para as eleições de 2022 está sendo destinado R\$ 4,9 bilhões para os partidos. Dinheiro que vai para os candidatos burgueses e para cooptar os

candidatos e partidos de esquerda, levando-os a abandonar a autossustentação militante das organizações operárias, tornando-as dependentes do financiamento estatal.

Para tornar tudo isso realidade, obviamente, o primeiro passo é derrotar Bolsonaro e pôr abaixo seu governo. Mas esse combate deve estar umbilicalmente conectado com a luta contra o capitalismo e pela constituição de um verdadeiro governo dos trabalhadores, sem patrões nem generais, que abra caminho para o socialismo. Esse não é um sonho utópico, é a tarefa necessária para impedir a caminhada em direção à barbárie, no Brasil e no mundo.

Um mundo novo deve surgir das cinzas e da podridão do regime capitalista. Um mundo baseado na propriedade coletiva dos meios de produção, na democracia dos trabalhadores, um mundo livre das amarras capitalistas que possibilite um salto no desenvolvimento humano. Construir esse novo mundo, tijolo por tijolo, dia a dia, fortalecendo a consciência e organização de jovens e trabalhadores para os combates que se avizinham, essa é a tarefa da Esquerda Marxista, seção brasileira da Corrente Marxista Internacional. Junte-se a nós!

Conheça o manifesto, a plataforma e os candidatos da Esquerda Marxista:



SINDICAL

O fim do imposto sindical deveria ensinar as organizações de esquerda a rejeitar o fundo partidário e eleitoral

PEDRO BERNARDES
NETO

Um dos desenvolvimentos mais significativos dos sindicatos brasileiros tem seus marcos em grandes mobilizações independentes dos trabalhadores no início do século XX. A fundação da Confederação Operária Brasileira (COB) em 1906, por exemplo, é uma das suas expressões. Isso foi base para movimentos como a greve geral de 1917 em São Paulo, que conquistou uma série de direitos aos trabalhadores.

A partir de 1930, há um esforço por parte de um setor da burguesia brasileira, a partir da Ditadura Vargas, de submeter os sindicatos ao controle do Estado burguês. Inspirado no modelo sindical da Itália Fascista de Mussolini, Vargas impôs o modelo sindical CLT, que iniciou um processo de “estatização” dos sindicatos. A ideia era mudar o caráter dos sindicatos,

organismos independentes de defesa dos direitos da classe trabalhadora e transformá-los em organismos controlados pelo Estado burguês, com limites claros de atuação. Isso foi feito, dentre outras medidas, pelo Imposto Sindical, que impunha contribuição compulsória aos trabalhadores para financiamentos dos sindicatos e somente aqueles reconhecidos pelo Estado burguês que receberiam tal contribuição, o que culminou em um processo acelerado de burocratização do sindicalismo brasileiro (Sobre esse histórico, recomendamos artigo “Liberdade e independência sindical e as nossas tarefas”, publicado em marxismo.org.br).

Como forma de resistir a essa burocratização, a classe trabalhadora brasileira criou suas próprias organizações, centralmente a CUT e depois o PT. Ambas surgiram a partir de esforços genuínos na linha da independência de classe. Em nos-

sa análise, essas mobilizações massivas em prol da reorganização do movimento proletário em nosso país resultaram numa estrutura semilivre de funcionamento dos sindicatos cutistas.

Como reflexo da adaptação política dos dirigentes do PT e da CUT, intensificada durante os 13 anos de governo petista, a CUT retrocedeu muitos passos na direção de desenvolver uma organização sindical

A Esquerda Marxista defende a liberdade e independência sindical. O que significa a luta contra os princípios varguistas do sindicalismo CLT em prol de organizações proletárias livres

livre. Os resultados disso foram desastrosos.

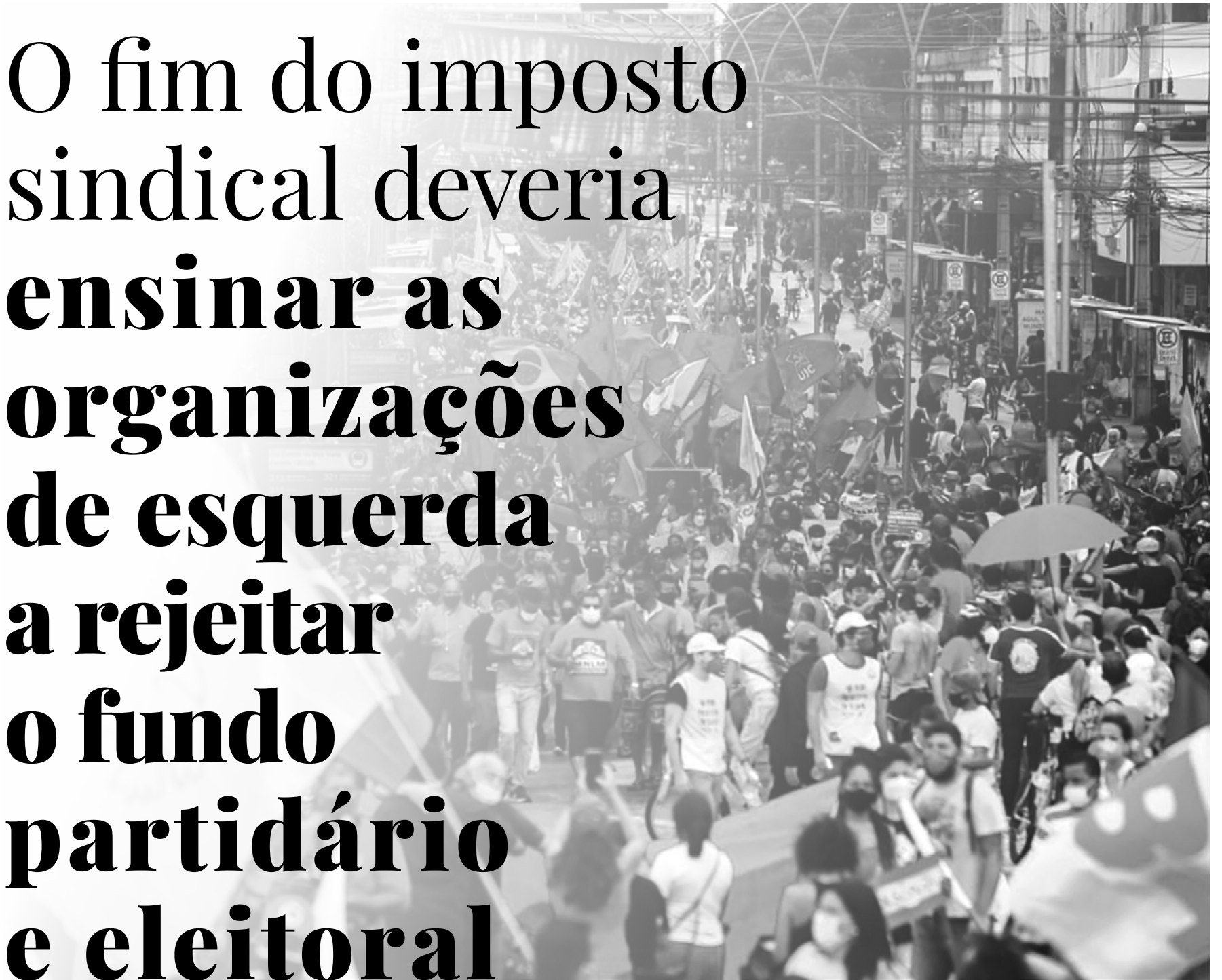
A partir da aprovação da Reforma Trabalhista em 2017, durante o governo Michel Temer (MDB), os sindicatos demonstraram o grau de sua dependência em relação ao Estado burguês. De acordo com a Nota Técnica do Dieese, de dezembro de 2018, os “11.578 sindicatos, 424 federações e 36 confederações de trabalhadores” empregavam “cerca de 106 mil trabalhadores”, diretamente. E considerando os empregos indiretos, isso resultaria em “aproximadamente 424 mil trabalhadores em 2017”. A maior parte disso financiado via Imposto sindical. Entretanto, mesmo com o fim do Imposto Sindical, as entidades recorreram a formas semelhantes de financiamento como a Contribuição Confederativa ou à Contribuição Negocial, que coloca os sindicatos em diálogo direto com as empresas.

Na prática, o atrelamento dos sindicatos ao

Estado desobriga as direções sindicais a terem uma linha política que convença a base a dar dinheiro para sustentar financeira e economicamente suas entidades. Esse financiamento estatal distancia a direção da base e resulta na adaptação política da direção. Trata-se de uma política de destruição das organizações da classe trabalhadora a partir do financiamento estatal.

A Esquerda Marxista, seção brasileira da Corrente Marxista Internacional, defende a liberdade e independência sindical. O que significa a luta contra os princípios varguistas do sindicalismo CLT em prol de organizações proletárias livres. A condição fundamental para isso é o financiamento voluntário dos trabalhadores às organizações sindicais ou políticas que acreditam lhe representar.

Ao abdicar da luta permanente pela independência política, a CUT se tornou dependente do Estado burguês, burocrata-



tizando-se no processo. A assinatura da carta “Em defesa da democracia e da justiça” junto a Fiesp e à Febraban simplesmente explicitou um processo de estatização da entidade e de sua consolidação enquanto braço de sustentação do capital. Assinar um documento com tais entidades patronais, que organizam e efetivam a espoliação proletária diariamente é um crime contra a luta proletária e independente. Contudo, não é algo surpreendente considerando o caminho da entidade e do PT nas últimas décadas que, ao contrário de avançar à superação do sindicalismo CLT, se adaptou a ele.

Os fundos partidário e eleitoral

As consequências políticas da dependência de uma organização proletária em relação ao Estado burguês são exemplificadas no que ocorre neste momento com a CUT. Apesar disso, os principais partidos de esquerda do Brasil insistem em não aprender nada.

Até o fim de 2018, todos os partidos de esquerda (partidos com origem em mobilizações proletárias) registrados no TSE recebiam o fundo partidário: PT (R\$ 103,66 mi), PSOL (R\$ 14,40 mi), PCdoB (R\$ 14,23 mi), PSTU (R\$ 2,54 mi), PCB (R\$ 1,62 mi) e PCO (R\$ 1,21 mi).

Porém, a aprovação da Emenda Constitucional 97/17 (conhecida como cláusula de barreira) impediu que os partidos menores tenham acesso ao fundo e, ao mesmo tempo, criou uma forma distinta de superar essa cláusula, possibilitando a formação das federações partidárias, elemento que faz avançar o processo de dissolução do caráter de classe desses partidos para se integrarem em instrumentos



Agência Brasil

políticos com setores da burguesia:

“Nesse quadro insere-se a decisão do PSOL de federar-se com a Rede Sustentabilidade, e a decisão do PT e PCdoB de formarem federação com o PV. A formação destas federações com partidos pequeno-burgueses ou burgueses, significa um avanço na dissolução do caráter de classe de PSOL, PT e PCdoB, ou seja, o caminho para eliminá-los como partidos que reivindicam a classe trabalhadora (mesmo que submissos aos interesses da burguesia) e convertê-los em partidos representantes de diferentes classes sociais.” (Resolução política da Conferência Nacional da Esquerda Marxista)

Conforme explicamos na “Resolução política da Conferência Nacional da Esquerda Marxista”, no movimento sindical há um processo semelhante ao que ocorre com os partidos de esquerda e a formação das federações:

“Movimento similar, de dissolução do caráter de classe como organização operária, ocorre na CUT, com a proposta apresentada pela direção nacional e aprovada em sua 16ª Plenária Nacional (outubro/2021) que possibilita a integração à central do que classificaram como “organizações fraternas”

(entidade religiosas, culturais, esportivas, de imigrantes etc.), ou seja, um ataque ao caráter sindical (de classe) da CUT. Na plenária nacional, sindicalistas ligados à corrente DS (Democracia Socialista) propuseram ainda que estas “organizações fraternas” tivessem direito a voz e voto nas instâncias da CUT, portanto levando muito adiante a destruição da CUT como organização de classe. Esta questão foi remetida para o Congresso Nacional da CUT de 2023. A Esquerda Marxista combate a degeneração que significa a aliança orgânica com partidos burgueses assim como a descaracterização da CUT com a integração destas organizações estranhas ao movimento sindical e às necessidades imediatas e históricas da classe trabalhadora.”

A maior parte dos partidos de esquerda afirmava até 2017 que o financiamento público de campanha seria uma ferramenta de democratização política no Brasil, uma forma de democratizar o acesso às eleições etc. Apesar do discurso, o que vimos foi um aprofundamento e uma aceleração do processo de adaptação pelo qual essas entidades passaram e uma dependência ainda maior dos enormes recursos estatais que recebiam.

Consequências políticas do financiamento estatal

Ao aceitarem tais financiamentos, sejam nos sindicatos ou nos partidos, o que as direções dos partidos de esquerda fizeram foi iniciar o processo de estatização de suas entidades, o que em última instância implica sua total dependência do Estado burguês. E, por conseguinte, a impossibilidade de se manifestar livremente em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Podemos citar, por exemplo, o caso ocorrido em junho deste ano, quando Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), incluiu o Partido da Causa Operária (PCO) no Inquérito das Fake News, suspendendo, entre outras medidas, as redes sociais do partido sob a justificativa de que o mesmo recebia financiamento público.

O abandono da batalha permanente pelas contribuições solidárias da juventude e da classe trabalhadora é um elemento de burocratização das entidades operárias, pois ao passo em que as direções não precisam mais convencer a sua base a dar dinheiro para sustentar o seu partido, o seu sindicato etc., o

vínculo entre trabalhador e entidade se rompe e essas mesmas direções podem trair os trabalhadores com mais facilidade.

Se as entidades que se reivindicam da classe trabalhadora tivessem mantido sua tradição de auto-financiamento, hoje o PT, PSOL e todos os partidos da esquerda poderiam ser os mais ferrenhos denunciadores do saque público ao financiamento de campanha e poderíamos fortalecer e construir organizações proletárias poderosas na linha da independência de classe. Afinal, não foi assim que a CUT nasceu? Tendo como uma de suas principais bandeira a luta pela liberdade e independência sindical, denunciando o Imposto Sindical? Contudo, hoje, contrariando a própria história, colocam-se do lado dos inimigos da classe trabalhadora.

A Esquerda Marxista não aceita nenhum tipo de financiamento público para desenvolvimento de suas atividades políticas. Nossas candidaturas nessas eleições dependem exclusivamente do dinheiro de apoiadores de nossa linha política e defendemos em nossa plataforma política a bandeira de “Independência de classe! Revogação do fundo partidário e eleitoral! Autossustentação militante!”. Nossa estrutura de organização da luta cotidiana se baseia em nossa capacidade de conexão com a juventude e a classe trabalhadora e continuaremos assim na luta pela construção de um verdadeiro partido operário, revolucionário e independente.

O abandono da batalha permanente pelas contribuições solidárias da juventude e da classe trabalhadora é um elemento de burocratização das entidades operárias



Camila Boehm/Agência Brasil

JUVENTUDE

LULA COM ALCKMIN NÃO ANIMA A JUVENTUDE, O QUE ANIMA É A REVOLUÇÃO!

| LUCY DIAS

As eleições são reflexos da luta de classes de forma distorcida. Mesmo no primeiro turno, quando há mais partidos e candidatos, o voto somente expressa de maneira deformada os objetivos por trás das escolhas feitas nas urnas. Para a burguesia, o voto em Lula significa uma estratégia para seguir com a agenda de ataques e buscar a paz social. Já para o proletariado e juventude, é uma forma

de utilizar a candidatura petista como instrumento para remover Bolsonaro do poder, sem necessariamente expressar adesão ao seu programa político.

A juventude e os trabalhadores combateram o programa e os ataques de Bolsonaro nas ruas desde antes mesmo de sua eleição em 2018. As manifestações #EleNão durante a campanha, nos dias 15 e 30 de maio de 2019 quan-

do colocaram em massa nas ruas o grito “Fora Bolsonaro”, nos pannels em 2020 e em diversas mobilizações em 2021. Em todas essas situações, os movimentos enfrentaram o bloqueio das direções de partidos e entidades de classe que buscavam convencê-los de que apenas nas urnas seria possível remover Bolsonaro. Para demonstrar isso, é só ver que enquanto diversas escolas têm o Novo Ensino Médio sendo aplicado, a principal campanha da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) foi para que os jovens de 16 a 18 anos tirassem o título de eleitor.

Em
u m

cenário em que seus dirigentes não estavam dispostos a entrar em combate para derrubar Bolsonaro por meio de greves e manifestações de rua, os jovens e trabalhadores foram empurrados para a via eleitoral como o meio mais econômico para alcançar seu objetivo.

Um discurso que não anima ninguém

Há um grande eleitorado jovem disposto a eleger a chapa Lula-Alckmin, mas, de fato, essa campanha não anima a juventude. Isso acontece por responsabilidade do próprio Lula, PT e da política de colaboração de classes mantida por alianças com nossos inimigos declarados. Vejamos alguns exemplos.

No mega comício da chapa Lula-Alckmin, no Vale do Anhangabaú, na cidade de São Paulo, Alckmin em seu discurso fala em dar oportunidades para os jovens, fala de futuro. Mas a juventude sabe o que foi o governo Alckmin, incapaz de resolver o problema do aces-

sos o e permanência à educação. Também sabe que a reforma do ensino médio, que nem Lula, nem Alckmin dizem uma linha sobre revogar, precariza ainda mais a escola pública e abre as possibilidades para sua privatização. Sabe muito bem o que é faltar merenda no prato por conta de escandalosos desvios de verba da merenda escolar.

Os trabalhadores terceirizados da saúde, entre eles muitos jovens, conhecem bem as irregularidades nos contratos com as organizações sociais de saúde (OSS) em que cinco delas detinham 75% dos contratos com a Secretaria Estadual de Saúde, com mais de 23 irregularidades apontadas na CPI das OSS durante a gestão Alckmin do governo do estado. Sem falar nos direitos trabalhistas que são suprimidos por essas empresas.

Em seu discurso, no mesmo evento, enquanto defendia a candidatura de Haddad, Lula aponta aquilo que considera como marcos de Haddad enquanto Ministro da Educação nos governos petistas.

“Eu não tenho nenhuma razão de não olhar na cara de vocês e dizer que o Haddad foi o melhor Ministro da Educação que esse país já teve. Foi com Haddad na educação que a gente saiu de 3,5 milhões de alunos nas universidades”



para 8 milhões de alunos. Foi com Haddad na educação que a gente criou o PROUNI e colocou 2 milhões de jovens da periferia na universidade. Foi com Haddad na educação que a gente criou o FIES e o Estado foi o avalista dos estudantes e colocamos mais 2 milhões de jovens na universidade. Foi Haddad que pensou no ENEM. Foi Haddad que criou o SISU. Foi com Haddad que a gente fez o governo que mais fez universidade nesse país, mais escolas técnicas. Porque pra nós a educação não era gasto. A educação era investimento. E para nós educação é tão importante que é a única coisa que pode fazer o Brasil ser competitivo do ponto de vista internacional, seja na área científica, seja na área tecnológica. É a gente investir na educação brasileira. E hoje a gente tem ministros que dizem que a universidade não é para todo mundo”.

É inegável que mais jovens entraram na universidade sob o governo Lula. Mas que Universidade? E sob quais condições? Os programas de transferência de dinheiro público para a iniciativa privada como o Prouni e o Fies fizeram abrir quatro milhões de novas vagas – segundo a fala de Lula – nas universidades pagas, que poderiam ser vagas nas universidades públicas. O jovem pobre que conseguiu estudar numa universidade paga, como bolsista, sabe o quanto é difícil se manter num ambiente que não é pensado para que este jovem esteja lá, sem auxílio-estudantil de nenhum tipo e acumulando os estudos com a jornada de trabalho.

Lula, ao final, agradece Haddad e diz “obrigado por fazer uma revolução nesse país”. Mas qual revolução, Lula!? Se estivessemos falando que todos os jovens tivessem uma vaga na universidade pública garantida e automática assim que terminassem o ensino médio e todo investimento necessário na Educação para dar auxílio-estudantil e uma estrutura de ponta nas universidades públicas, aí sim teríamos um quadro bastante animador. Isso certamente animaria a juventude, mostraria uma perspectiva real de futuro! Mas o que vemos é a continuidade de políticas de fortalecimento da iniciativa priva-



Jorge Leão

da com dinheiro público e uma educação cada vez mais sucateada.

Lula fala que é preciso investir em educação para que o Brasil seja competitivo internacionalmente e isso revela sua concepção de educação: uma educação submissa aos interesses do capital, uma educação que, na área técnica e científica, seja suporte para o agromercado e para o capital industrial, o que condiz muito com as reformas universitárias que promoveu em seu governo.

Agora alguns tópicos do discurso de Lula no Anhangabaú sobre mulheres. Lula fala da realidade das mulheres jovens que estão endividadadas no cartão de crédito para poder comprar comida para seus lares. Falando de sua mãe ele diz:

“Ela teve coragem de largar do meu pai, com oito filhos na mão, sem ter onde morar. Nós fomos morar num barraco. Mas ela falou: ‘Eu não moro com homem que levanta a mão pra mim’. E saiu de casa e criou oito filhos. É essas coisas que a gente tem que aprender a fazer se a gente quiser melhorar o país. Nós fizemos a Lei Maria da Penha. E eu dizia ‘Mão de homem foi feita para trabalhar, foi feita para fazer carinho em quem ele ama e nos seus filhos, mão de homem não foi feita para bater em mulher. Quer bater em mulher, vá bater em outro lugar, mas

não dentro da sua casa ou no Brasil, porque nós não podemos mais aceitar isso”.

É na luta pela modificação do cotidiano que a juventude quer depositar sua energia e é na sua auto-organização que a juventude deposita sua confiança. A juventude quer aprender, mas o caminho da educação e do aprendizado é barrado para os jovens por um sistema que apenas visa o lucro

Sem dúvida, uma legislação de proteção à mulher vítima de violência e de amparo aos seus filhos é fundamental. Mas não podemos dizer que a Lei Maria da Penha cumpre esse papel. As mulheres vítimas de violência e que continuam sob o teto da mão violenta sabem que não saem deste local justamente porque não têm condições econômicas e a Lei Maria da Penha, que tem um braço jurídico e judicial bastante falho, não tem um braço social,

de amparo econômico e psicológico para essa mulher e seus filhos.

É a revolução que anima!

O fato é que a campanha Lula-Alckmin não anima a juventude e nem poderia fazer isso. Ela não tem um programa revolucionário para oferecer. A palavra revolução aparece no discurso, mas não tem significado algum para eles. Expressão disso é que um comício com Lula, Haddad, Dilma, representantes da UNE, Ubes, movimento negro e centrais sindicais reuniu apenas 8 mil pessoas no Vale do Anhangabaú.

Por outro lado, há ânimo e disposição de luta e nós vimos isso em todas as demonstrações de massa dadas pela juventude nos últimos anos. Há um contexto internacional de acirramento da luta de classes onde os jovens estão na linha de frente de processos revolucionários no mundo inteiro.

A juventude se anima para entender como nosso mundo funciona, para entender como e porque a realidade é como é. A juventude procura respostas e quem pode oferecê-las é o marxismo, é a ciência do proletariado, capaz de explicar não somente as bases do funcionamento dessa sociedade apodrecida, mas também como podemos fazer para superá-la.

A juventude se anima com cultura, esporte e lazer. Mas o capitalismo não pode oferecer nada mais que um subemprego e uma vida de labuta. É na luta por um novo mundo que se encontra o ânimo da juventude. O que anima a juventude é a revolução!

É na luta pela modificação do cotidiano que a juventude quer depositar sua energia e é na sua auto-organização que a juventude deposita sua confiança. A juventude quer

aprender, mas o caminho da educação e do aprendizado é barrado para os jovens por um sistema que apenas visa o lucro.

O que anima a juventude é uma perspectiva revolucionária para seu futuro. É uma transformação radical no modo em que vivemos. É pensar e construir uma saída para esse mundo vexado de guerras, violência, miséria e doença. É poder desenvolver todas as faculdades humanas e não apenas ter que trabalhar para ter o que comer. A juventude tem sede de futuro, tem esperança de que é possível um mundo novo, no qual a felicidade seja o cotidiano de todos. A juventude quer lutar por esse mundo. Por isso, a campanha Lula-Alckmin não anima, porque não oferece nada disso. É nas fileiras da revolução que a juventude quer combater e é na luta por um novo mundo, por um mundo socialista, que há ânimo e perspectiva.

Por isso, nós convidamos todos os jovens que querem lutar por um mundo novo a se engajarem nas fileiras da Esquerda Marxista, a conhecer nosso programa de reivindicações para acabar com a crise no Brasil e abrir o caminho para uma verdadeira revolução no Brasil e no mundo, através da Corrente Marxista Internacional.

O caminho para superar nossas dificuldades pessoais e coletivas, de se formar no marxismo, de aprender como aconteceram as revoluções passadas e de se preparar para as próximas certamente é sinuoso, mas é o único caminho onde realmente brilha a luz da esperança, do futuro e da alegria. E é o único caminho que vale a pena se dedicar frente a barbárie organizada pelo capital e por seus lacaios.



FÁBRICAS OCUPADAS

VIVA OS 20 ANOS DA OCUPAÇÃO DA CIPLA PELOS TRABALHADORES!

ESQUERDA MARXISTA

Em outubro desse ano comemoramos 20 anos do início de um movimento histórico para a classe trabalhadora brasileira: a ocupação das fábricas Cipla e Interfibra pelos trabalhadores em Joinville e a luta em escala nacional e internacional que impulsionaram em defesa dos empregos, dos direitos, do parque industrial e da estatização sob controle operário.

Por ocasião dessa data tão especial, a Esquerda Marxista inicia uma campanha de comemorações e resgate histórico dos ensinamentos do “Movimento das Fábricas Ocupadas”, que consiste em:

A) preservar a história dos trabalhadores para que nunca caia em esquecimento e fique guardado para sempre no coração da classe operária brasileira e internacional como exemplo a ser seguido. Nesse sentido, nosso site inaugura uma seção inteiramente dedicada a (re)publicar, compilar e divulgar relatos, artigos, fotos, vídeos e calendário de atividades (marxismo.org.br/fabricas-ocupadas-20-anos/).

B) render homenagens e produzir análises dos grandes feitos, batalhas e ataques sofridos pelos trabalhadores que ousaram defender seus empregos e sua dignidade, como a parte mais avançada e resoluta do exército do proletariado em luta contra os exploradores. E, para tanto, nossa imprensa, como o Jornal Tempo de Revolução e a Revista América Socialista - Em Defesa do Marxismo - abarcarão, em suas páginas, textos e artigos para informar e explicar o que foi a ocupação da Cipla e toda a campanha pela estatização, as conquistas alcançadas, as barreiras impostas pelas direções sindicais e políticas reformistas e burocráticas da época, os ataques dos patrões e do aparelho do Estado burguês que culminaram na intervenção federal policial para destituir o Conselho de Fábrica etc;

C) organizar reuniões e eventos, para apresentar e debater a história do “Movimento das Fábricas Ocupadas” para a geração atual de jovens e trabalhadores que se revoltam com tantas injustiças sociais e buscam uma saída frente à barbárie,

A greve e a ocupação da Cipla, como métodos de luta dos trabalhadores para evitar o fechamento da fábrica e para reivindicar o pagamento de salários atrasados e direitos sonogados, ganhou apoio popular

para a qual o capitalismo arrasta a humanidade. A ideia aqui é extrair, ao máximo, as lições e ensinamentos, utilizando o legado daqueles trabalhadores para a luta pela transformação da sociedade nos dias de hoje.

Por que uma campanha sobre os 20 anos da ocupação da Cipla?

A greve e a ocupação da Cipla, como métodos de luta dos trabalhadores para evitar o fechamento da fábrica e para reivindicar o pagamento de sa-

lários atrasados e direitos sonogados, ganhou apoio popular na época e fez os patrões admitirem, na Justiça, que não tinham como pagar suas dívidas. Por isso, para não ficarem desempregados e sem receber o que lhes era devido, os trabalhadores decidiram, em assembleia, tomar o controle administrativo e operacional da Cipla. Os trabalhadores da Interfibra - fábrica que pertencia ao mesmo grupo econômico - que também estavam participando do movimento grevista, resolveram se unir aos companheiros da Cipla e adotaram a mesma decisão.

Para retomar a produção, os trabalhadores elegeram um Conselho de Fábrica, com representantes de vários setores e turnos das fábricas e, agregando nessa nova gestão operária, os militantes que ajudaram na organização da greve e na mobilização que culminou na ocupação.

Dentre os muitos problemas deixados pelos patrões, havia a questão das dívidas das empresas. Os trabalhadores não poderiam, nem deveriam ser responsabilizados por essas dívidas. Por isso descartaram, desde o início, a formação de uma cooperativa que os transformaria em novos patrões de um negócio repleto de dívidas e

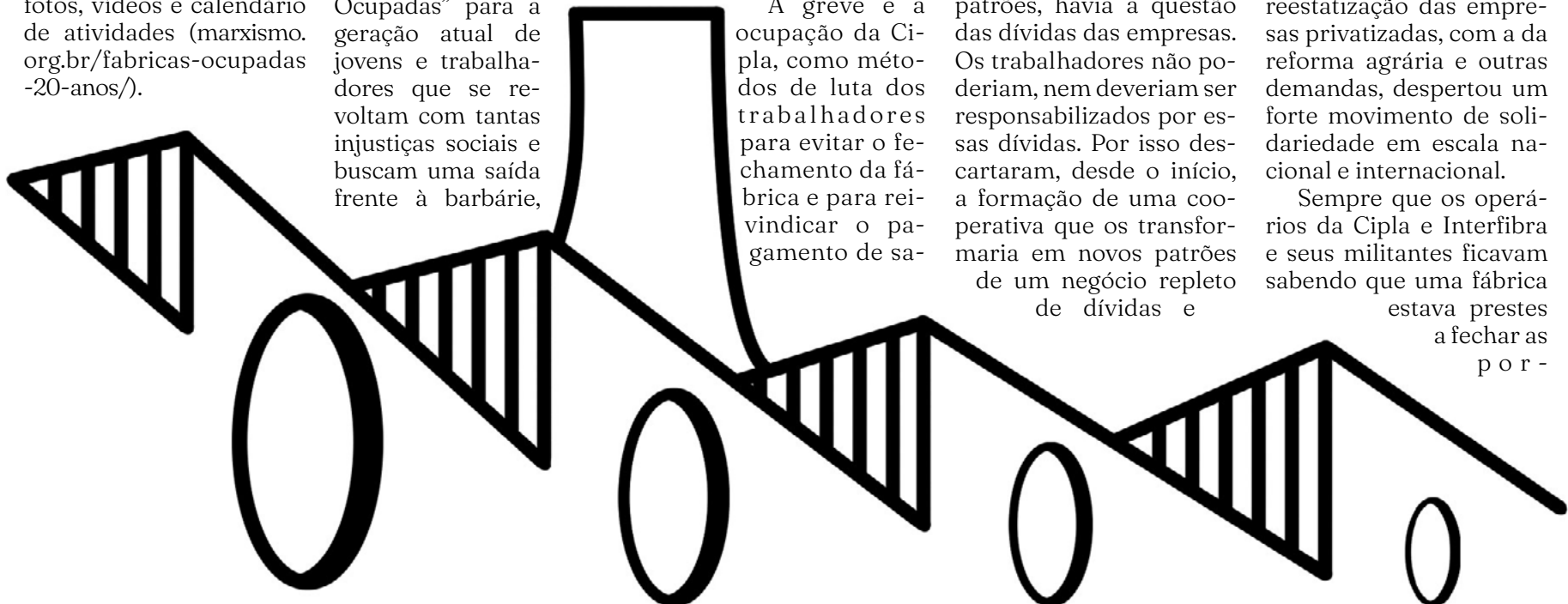
que os colocaria numa situação de explorarem a si mesmos e uns aos outros, para sobreviver à própria sorte, no voraz mercado capitalista. Portanto, era preciso discutir uma saída que fosse capaz de manter a produção e todos os mais de mil empregos ameaçados, e ainda buscar o pagamento dos direitos sonogados, como FGTS e INSS, que haviam sido descontados por anos, mas nunca efetivamente depositados.

O Conselho de Fábrica, então, descobriu que a maior parte das dívidas dos patrões era com o governo federal e, assim, após debater a situação com os trabalhadores, em assembleia, tomou-se a decisão de fazer uma campanha para que o recém-eleito governo Lula encampasse as fábricas. Inicia-se aí a batalha que iria se tornar o grande mote do Movimento das Fábricas Ocupadas: a luta pela estatização sob controle operário!

A bandeira da estatização das fábricas, combinada com a bandeira da reestatização das empresas privatizadas, com a da reforma agrária e outras demandas, despertou um forte movimento de solidariedade em escala nacional e internacional.

Sempre que os operários da Cipla e Interfibra e seus militantes ficavam sabendo que uma fábrica estava prestes a fechar as

por





tas ou quando milhares de empregos estavam ameaçados, enviavam representantes para explicar sobre a ocupação e o controle operário, e prestavam apoio à luta de companheiros de outras fábricas. O exemplo dos trabalhadores da Cipla animou dezenas de outras ocupações, como a Flaskô, em Sumaré/SP, a Flakepet, em Itapevi/SP, a Ellen Metal, em Caieiras/SP, a Botões Diamantina, em Curitiba/PR, a Carrinhos Rossi, em Limeira/SP, a Fibracoco, em Pernambuco e várias outras. Também estiveram presentes em lutas contra as demissões em dezenas de outras empresas, como na Buscar, de Joinville/SC (empresa de ônibus), na Ford e na Volkswagen, em São Bernardo/SP e na Renault, em Curitiba/PR.

Os trabalhadores da Cipla também organizaram diversos encontros e marchas a Brasília para cobrar uma solução. Em 2003, o presidente Lula chegou a receber os operários, mas disse que “a estatização não estava no cardápio”, porém prometeu ajudar. Solicitou a um grupo de trabalho interministerial e de técnicos do BNDES um estudo sobre a melhor maneira de resolver a questão e a viabilidade da empresa.

A comissão técnica do BNDES concluiu que as fábricas eram viáveis se fossem encampadas pelo ente público, devido às dívidas deixadas pelos proprietários e ao fato de que a Interfibra era uma das abastecedoras da Petrobrás, ou seja, a mesma conclusão dos trabalhadores! Mas depois da elaboração desse parecer, Lula nunca mais recebeu os trabalhadores e delegava, para seus assessores e ministros, a tarefa de conversar com os representantes do movimento, sempre no intuito

de persuadir os dirigentes de que a melhor alternativa seria o beco sem saída do cooperativismo ou da “auto-gestão”, ao invés do governo assumir suas responsabilidades e cumprir com as orientações do próprio BRDES/BNDES.

No entanto, se por um lado, os patrões e o Estado burguês atacaram e paralisaram o coração do movimento que era a ocupação da Cipla, por outro, espalhou um legado que não se apaga e uma bandeira que permanece hasteada ainda hoje

Ainda assim, os encontros e conferências organizadas pelos trabalhadores resultaram em uma rede internacional de irmandade de classe junto a trabalhadores de outros países que estavam em situação semelhante, como da Argentina, Venezuela, Paraguai, Uruguai, Bolívia, entre outros e conquistou, inclusive, a celebração de um acordo de cooperação entre a Cipla e o governo venezuelano, de Hugo Chavez. A fábrica brasileira ajudou na construção de casas populares utilizando material plástico especial, e o governo venezuelano retribuiu com o envio de matéria-prima para as fábricas Cipla, Interfibra e Flaskô.

Tudo isso despertou também o ódio dos patrões, que enxergavam

o risco para sua classe advindo do “MST das fábricas”, como a Revista Veja assim classificou o movimento em uma matéria caluniosa, típica da imprensa burguesa. Logo após a chegada da primeira remessa de matéria-prima da então revolucionária Venezuela para as fábricas ocupadas no Brasil, uma feroz campanha foi desencadeada por associações patronais para pôr fim a esse movimento. E assim, os patrões, com o aval do governo Lula, na figura do Ministério da Previdência, e através do Judiciário, articularam uma intervenção federal policial. Em maio de 2007, destituíram o Conselho de Fábrica da Cipla e nomearam um interventor judicial.

No entanto, se por um lado, os patrões e o Estado burguês atacaram e paralisaram o coração do

movimento que era a ocupação da Cipla, por outro, espalhou um legado que não se apaga e uma bandeira que permanece hasteada ainda hoje.

Por exemplo, não se pode apagar da história que aqueles militantes que ajudaram a construir o Movimento das Fábricas ocupadas, junto aos trabalhadores mais avançados da Cipla, Interfibra e Flaskô, estão na origem do que vem a ser a atual Esquerda Marxista. E não só isso. O contato e a aproximação política e programática desses companheiros com militantes e trabalhadores de ocupações de fábrica na Venezuela estão na origem da fusão dessa corrente socialista e revolucionária brasileira com a Corrente Marxista Internacional (CMI)!

Podemos, então, afirmar, sem dúvidas, que no DNA da Esquerda Marxista, seção brasileira da CMI, encontra-se a luta dos trabalhadores da Ci-

pla! E vice-versa: a dura e inspiradora luta dos trabalhadores da Cipla ajudou a forjar a Esquerda Marxista e sua fusão com a CMI como uma organização que luta pela vitória da classe operária, pela revolução socialista, no Brasil e internacionalmente. Temos orgulho de herdar esse passado e de nos referenciar nele para a luta revolucionária de hoje em dia.

É essa é uma questão de suma importância, porque reflete um salto na consciência política de dezenas de ativistas do Movimento das Fábricas Ocupadas, que chegaram à conclusão de que, para conquistar seus direitos, é necessário que os trabalhadores tomem o poder das mãos da burguesia e reorganizem a sociedade. A partir do exemplo da Cipla, se compreende a necessidade da luta pela revolução; da planificação da economia; de uma sociedade sem explorados e oprimidos.



Visite a seção dedicada à história das Fábricas Ocupadas em marxismo.org.br utilizando o QR Code ao lado

FÁBRICAS OCUPADAS



Mais do que isso, aprenderam que não existe socialismo num só país, muito menos em uma só fábrica ou em um grupo delas e, por isso, buscaram generalizar a luta pelo Brasil e mundo afora. Compreenderam que não se faz nada disso sem uma organização política revolucionária e, portanto, colocaram-se na batalha pela construção de um partido revolucionário e de uma Internacional revolucionária, que é o combate atual da EM e da CMI!

Além disso, a luta dos trabalhadores da Cipla deixou inúmeros outros aprendizados para as gerações atuais de trabalhadores e jovens que, em todo o mundo, estão questionando o caos social em que vivem. Se olharmos para a realidade atual e para o horizonte do regime capitalista, só vamos enxergar guerras e ondas de milhares de migrantes despossuídos de tudo. Veremos miséria e pobreza aumentando sem parar, enquanto um punhado de bilionários (e até trilionários) ostentam uma riqueza estratosférica. Veremos os empregos, os postos de trabalho, os direitos sociais arduamente conquistados em décadas de luta de classes, virarem pó para satisfazer a necessidade de ampliação e concentração do capital financeiro internacional.

Ao contrário, se olharmos para a luta dos trabalhadores da Cipla, veremos que os trabalhadores são capazes de produzir segundo seus próprios interesses, e para sanar os problemas sociais, não

para o enriquecimento privado de um patrão ou grupo de acionistas. O controle operário sobre a produção se mostrou mais efetivo do que a gestão patronal, garantindo, por exemplo, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial de 40 para 30 horas semanais, ou até mesmo a destinação de parte do terreno da Flaskô para famílias sem teto. No lugar de uma área abandonada por anos, hoje existe um bairro em vias de regularização no local, a Vila Operária e Popular, na região do Parque Bandeirantes, em Sumaré/SP.

Se olharmos para a luta dos trabalhadores da Cipla, veremos que os trabalhadores são capazes de produzir segundo seus próprios interesses, e para sanar os problemas sociais, não para o enriquecimento privado de um patrão ou grupo de acionistas

Isso só mostra o quanto os padrões conformam uma classe social parasitária do trabalho alheio e totalmente desnecessária para o progresso da civilização. Afinal, se os trabalha-

dores auto-organizados mostraram que são capazes de gerir a Cipla e outras fábricas, e produzir, significa que também são capazes de dirigir democraticamente os rumos da economia e da política de um país e do mundo, sem padrões nem gerais, com o objetivo de erradicar a fome, a miséria, a pobreza e o desemprego, e garantir moradia, saúde, educação e serviços públicos gratuitos e para todos para, assim, abrir o caminho para uma era de paz e felicidade a todos os povos do planeta.

A luta dos trabalhadores da Cipla demonstra que a tomada dos meios de produção das mãos dos exploradores não tem nada de utópica, pelo contrário, é uma necessidade para a sobrevivência de nossa classe, afinal, uma fábrica fechada é um cemitério de postos de trabalho, e somente o abandono e a decadência social crescem em volta. O lema “fábrica quebrada, é fábrica ocupada e fábrica ocupada tem que ser estatizada” continua totalmente atual, basta ver a decisão de saída da Ford do Brasil e o fechamento de suas unidades, ou o anúncio recente de fechamento de uma fábrica da Caoa-Cherry em São José dos Campos, sem falar em outras empresas de menor porte, engolidas pela força de concentração de capital do imperialismo hoje.

Sem falar que, com o desemprego atingindo cerca de 10 milhões de

trabalhadores no Brasil, impedir novas demissões, ocupar as empresas prestes a fechar, recuperar os postos de trabalho perdidos, gerar novos empregos e diminuir a jornada de trabalho sem redução salarial para dividir o trabalho entre todos, são tarefas urgentes para garantir uma vida digna a milhões de brasileiros!

Portanto, para homenagear o Movimento de Fábricas Ocupadas, como parte dos grandes

combates da classe trabalhadora brasileira, e para conhecer com mais detalhes e profundidade toda essa história, árdua e, ao mesmo tempo, inspiradora, enfim, para tomar as lições e ensinamentos desse movimento e manter vivo o legado deixado por esses trabalhadores e militantes, é que chamamos todos a participar da campanha “Viva os 20 anos da ocupação da Cipla pelos trabalhadores”!



Estudantes da EPSJV visitam fábrica ocupada da Flaskô, em 2016

A OCUPAÇÃO E O CONTROLE OPERÁRIO PELOS CORDÕES INDUSTRIAIS NA REVOLUÇÃO CHILENA (1970-1973)



| CHICO AVIZ

Em 11 de setembro de 2022 completam-se 49 anos do golpe imperialista aplicado pelas Forças Armadas chilenas contra o governo reformista da Unidade Popular (UP) dirigido por Salvador Allende. Este trágico evento para o proletariado latino-americano precisa ser sempre lembrado não apenas para honrar a memória dos que tombaram lutando por um novo mundo, mas também para aprendermos com o processo anterior ao golpe, a revolução chilena de 1970 a 1973.

Esta experiência ímpar teve como vanguarda os extraordinários Cordões Industriais de Operários, os quais conheceremos neste artigo. Por outro lado, o governo da Unidade Popular, eleito em 1970, não cumpriu seu programa revolucionário que, ao longo destes 3 anos, transformou-se em conciliações com a burguesia nativa e imperialista. Os limites da UP e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e as

traições do Partido Comunista, que, orientados pelo stalinismo, transformaram a revolução proletária em “revolução popular” em todo o mundo, são cruciais para entendermos o papel dos Cordões Industriais e como o proletariado é a única classe essencialmente revolucionária da sociedade, capaz de se organizar de maneira independente, negando todo e qualquer acordo “popular” aos nossos inimigos de classe.

A tática do governo Allende da chamada “via pacífica ao socialismo”, sintetizada em reformas urbanas e rurais, nacionalizações de minas, como de cobre, ferro e salitre, na compra de ações do mercado financeiro, no pagamento de indenizações aos patrões e os demais manejos econômicos “populares”, passou a definir em 1972, levando os operários a buscarem superar essas direções conciliadoras.

Essa defesa pela independência de classe proporcionou a formação dos Cordões Industriais com ocupações e controle operário de fábricas

e nos bairros onde residiam os trabalhadores e a juventude. Além disso, a conciliação, e não a radicalização revolucionária do governo Allende, deu margem para um crescimento de grupos reacionários e violentos como o Patria e Libertad, que praticavam atentados e conspiravam contra o governo reformista, visando, principalmente, aniquilar a organização proletária no Chile. Assim, os Cordões Industriais, surgidos mesmo antes das greves patronais e reacionárias de outubro de 1972, se imbuíram da defesa e avanço da revolução chilena.

O que foram os Cordões Industriais?

O primeiro Cordão foi criado em junho de 1972 como resultado de experiências organizacionais do movimento operário chileno, uma expressão de como os trabalhadores entendem os limites das direções conciliadoras e, em situações pré-revolucionárias, buscam superar estas traições. Mas antes, como embrião, apareceu nas regiões de Cerrillos e Mai-

pú, comunas que compõem Santiago, repletas de indústrias, moradias proletárias e sem tetos. A infraestrutura e o abastecimento precários, além de um trágico serviço de transporte público foram os estopins da revolta e organização para o Cordão Industrial.

O norte desses trabalhadores era apenas um: os soviets russos. Por isso cunharam seu espaço de discussão e combate de Conselho Comunal de Trabalhadores, tendo como principal questão a luta pelo Poder Operário – não do abstrato poder popular – inscrito no documento endereçado às autoridades, o qual afirmavam querer: “superar ambos – Prefeitura e Governador – por um organismo paralelo e próprio dos Trabalhadores, o Conselho Comunal”. Em junho de 1972, a partir de um conjunto de greves e ocupações fabris em Perlak (alimentos), Polycron (químicos e sintéticos) e El Mono (alumínios) reorganizaram-se, então, em Maipú.

A reivindicação operária ao governo Allende de

estatização das empresas ocupadas não foi atendida pelos reformistas, que criaram barreiras para este movimento das fábricas ocupadas. Nesse contexto, formou-se o Comando de Coordenação de Lutas dos Trabalhadores do Cordão Industrial Cerrillos-Maipu, que chegou a reunir 500 mil operários. Sua plataforma era a aliança operário-camponesa em prática:

- Expropriação de empresas e terras monopolizadas;

- Controle operário da produção por meio de Conselhos de delegados eleitos pela base;

- Aumento imediato dos salários;

- Dissolução do parlamento com instalação da Assembleia Popular;

- Criação de empresa estatal de construção;

- Ocupação de terras expropriadas para o controle camponês mediante conselho de delegados;

- Teto aos moradores de rua;

- Repúdio aos burgueses, sua justiça e Estado.

Porém, como mencionado, os patrões e demais setores reacionários

FÁBRICAS OCUPADAS

da sociedade realizaram uma greve em outubro de 1972, causando graves consequências para os trabalhadores com o desabastecimento de alimentos e demais utensílios fundamentais, além de atentados realizados pela direita, sabotagens aos operários, dentre outras violências. Todavia, os operários não arrefeceram a revolução, como julgava a burguesia. Sua organização fez com que a ocupação e o controle de fábricas, consolidando os Cordões Industriais, se generalizasse pelo Chile. Tais ocupações não obedeciam Allende e os demais reformistas, alastrando os cordões para Vicuña Mackenna, Estación Central e Hualpencillo, em Santiago e Concepción, respectivamente.

Naturalmente, os Cordões não eram homogêneos e sem interferências das direções do Partido Comunista e da Unidade Popular. Era vivo e repleto de disputas, em cada região com direções eleitas de diferentes correntes do movimento operário chileno. Mas, na base dos Cordões, era evidente o apoio ao Governo Allende só quando este contribuiu com a mobilização independente destes operários.

Contudo, ao passo que os operários defendiam a revolução e o próprio governo Allende, neutralizando o caos criado pela burguesia, o presidente mudou seu plano de nacionalização para acalmar os patrões. Se antes o planejamento do governo era nacionalizar 120 fábricas, o número passou para 43. A partir das ocupações, Allende ordenou o exército garantir o cumprimento de suas ordens de retomada privada das

fábricas, solicitando apenas que os militares não fossem repressivos contra os operários.

Era Allende buscando restabelecer seus acordos com a burguesia e seu principal partido, a Democracia Cristã. Para o convencimento operário, Allende e seu governo utilizou da CUT para tentar aparelhar os Cordões e os trabalhadores nas desocupações das fábricas, mas os sindicalistas do governo eram recebidos com recusas e hostilidades pelos operários revolucionários.

Ao estudar os processos dos Cordões Industriais, vemos como tanto as reivindicações e ações nutriram profundamente o Movimento das Fábricas Ocupadas no Brasil, principalmente em Cipla e Interfibra, em Joinville/SC, e da Flaskô, em Sumaré/SP, quanto como os governos reformistas – Allende e Lula – lidaram com a mobilização independente dos trabalhadores. Isto é, abandonando os operários e defendendo a propriedade privada dos meios produtivos com o uso da força policial e da lei burguesa. Em 2022, quando completam-se 20 anos das ocupações brasileiras dirigidas pelos militantes da Esquerda Marxista, lembramos e saudamos as principais reivindicações dos operários que eram as manutenções dos empregos e a estatização das fábricas, tal qual os Cordões Industriais exigiam.

No Chile, as ocupações operárias produziam o duplo poder, suplantavam a crise de abastecimento, estruturavam um novo regime de relações comerciais, tomavam os comér-

cios e o transporte para a devida distribuição para a população, entre outras ações cruciais para a vida proletária. Com esta política, os Cordões alcançaram massivamente o proletariado chileno, organizando-se em Santiago nas regiões de Cerrillos e Vicuña Mackenna, O'Higgins, Macul, San Joaquín, Recoleta, Mapocho-Cordillera, Santa Rosa-Gran Avenida, Panamericana Norte, Santiago Centro e Vivaceta. Já em Valparaíso foram: Cordón Puerto, Cordón Centro, Cordón Almendral, Cordón Quince Norte, Cordón El Salto, Cordón Concón e Cordón Quintero-Ventanas. Também estavam nas cidades de Arica, Concepción, Antofagasta e Osorno. Enquanto isso, os dirigentes stalinistas do Partido Comunista faziam coro com o governo Allende defendendo que as fábricas ocupadas fossem devolvidas aos antigos donos.

Diante de todas as traições de Allende, da UP, do PC e das demais direções de classe, em fevereiro de 1973, os Cordões publicaram uma plataforma por meio do jornal Tarea Urgente, aprofundando as reivindicações já presentes em seus manifestos e atos, como a expropriação imediata dos grandes meios produtivos e a defesa do controle e poder operário. Mas as inúmeras contradições do governo e a força dos Cordões Industriais expressaram para a burguesia chilena e o imperialismo que as direções oficiais do proletariado não teriam mais capacidade de arrefecer o fogo revolucionário que inflamava os trabalhadores.

Relembramos que antes do 11 de setembro, os golpistas tentaram o fracassado “Tanquerazo” em junho, organizado pelo tenente-coronel Roberto Souper, onde tanques e carros de combate pesado tentaram tomar o poder, mas foram sufocados por setores legalistas do exército chileno, dirigido pelo comandante-chefe Carlos Prants, posteriormente assassinado por Pinochet em um atentado por bomba plantada pela Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), a política secreta da ditadura pinochetista, em 1974. Ainda assim, com o acontecimento de junho de 1973, tanto Al-



lende, quanto os partidos de esquerda saíram em defesa das instituições burguesas. Ao invés de utilizar a força dos Cordões Industriais, que assegurava e promovia a revolução, passaram a convocar as massas para acreditar na democracia chilena. Os operários, com este instrumento de luta, solicitavam armas para combater o golpe imperialista, as quais foram negadas por Allende e companhia.

Os Cordões Industriais em setembro de 1973

Às vésperas do golpe de 11 de setembro, no dia 5 do mês, os Cordões emitiram uma carta ao “camarada Salvador Allende”, demonstrando a frustração com o governo que deveria defender as reivindicações revolucionárias do proletariado e do campesinato. Mais que isso, a carta alertava Allende dizendo que as ações do governo não só estavam afogando a revolução, como abrindo, “a curto prazo”, o espaço para um “regime fascista de corte mais implacável e criminoso”. Os operários exigiam a efetivação do programa que foi eleito em 1970, pois não “votaram em um homem, mas em um programa revolucionário”. Os operários lembraram nesta carta que realizaram todas as ações nas quais Allende deveria se apoiar para enfrentar a burguesia e o imperialismo, mas que, agora, reinava apenas a

desconfiança sobre o governo e seu presidente. Também fizeram questão de listar os momentos em que os golpistas não eram punidos pelo governo, mas os operários que ocupavam fábricas eram perseguidos e presos ainda sob o governo Allende.

Infelizmente, esta carta não surtiu efeito no governo e com o golpe de 11 de setembro a experiência revolucionária dos Cordões foi tragicamente esmagada. Apesar de ter durado pouco tempo – bem menos que as ocupações no Brasil, por exemplo – também serviram para o salto de consciência do proletariado chileno que demonstrou a possibilidade e necessidade do rompimento com as relações capitalistas de produção e socialização da riqueza.

Nem mesmo nos campos de concentração de Pinochet, criados nos estádios de futebol durante a ditadura militar mais sanguinária do continente, jovens e trabalhadores chilenos deixaram de resistir e lutar por um novo mundo, como fizeram os operários dos Cordões Industriais. Suas ações seguiram o traçado dos revolucionários russos e ensinaram os operários brasileiros que ocuparam fábricas 30 anos depois. Acima de tudo, elas nutrem as lutas do proletariado internacional na atualidade, que aprendem com sua história de combate, derrotas e vitórias diante dos exploradores capitalistas.



TEORIA



O centenário do PCB e a esquerda marxista na atualidade

Parte 2: Do golpe de 1964 à defesa da Nova República

MICHEL GOULART
DA SILVA

Na primeira parte deste artigo, publicada na edição anterior, discutimos o processo de elaboração teórica e política da revolução por etapas e da colaboração de classes por parte do PCB, desde a sua fundação até a década de 1950. Nesta segunda parte, analisaremos os desdobramentos dessas elaborações na política do partido diante do golpe e da ditadura iniciada em 1964 e como impactou o PCB diante da Nova República.

Essas elaborações teóricas e políticas se mostraram desastrosas, em especial por ter sido um dos fatores que explica a derrota dos trabalhadores que levou à vitória dos militares e da burguesia no golpe de 1964. O próprio PCB assumiu os seus equívocos, diante da derrota. No ano seguinte ao golpe, o PCB afirmava:

“A vitória do golpe militar pôs a descoberto muitas de nossas mais sérias debilidades. Fomos colhidos de surpresa pelo desfecho dos acontecimentos e despreparados não apenas para enfrentá-los, como também para prosseguir com segurança e eficiência em nossas atividades nas novas condições criadas no País. Revelou-se falsa a confiança depositada no ‘dispositivo militar’ de Goulart. Também falsa era a perspectiva, que então apresentávamos ao

Partido e às massas, de uma vitória falsa e imediata. Nossas ilusões de classe, nosso reboquismo em relação ao setor da burguesia nacional que estava no Poder, tornaram-se evidentes”¹.

Os trabalhadores eram enganados a enxergar seus algozes como aliados na construção de uma sociedade futura, sendo iludidos de que os seus interesses contraditórios com a burguesia eram secundários em relação ao embate com os “resquícios feudais”

O PCB também parecia desiludido com a burguesia “progressista”, demonstrando até certo ponto um sentimento de traição:

“Uniam-se os reacionários e entreguistas, que conseguiam atrair para seu lado amplos setores da burguesia nacional e da pequena burguesia urbana, descontentes com a situação e que não concordavam com as crescentes ameaças ao regime constitucional vigente. As forças da direita armavam-se e preparavam aceleradamente o golpe”².

Portanto, durante décadas, o PCB teorizou sobre relações econômicas e sociais inexistentes e desenvolveu uma política ilusória, não preparando os trabalhadores para o processo de acirramento da luta de classes. Os trabalhadores eram enganados a enxergar seus algozes como aliados na construção de uma sociedade futura, sendo iludidos de que os seus interesses contraditórios com a burguesia eram secundários em relação ao embate com os “resquícios feudais”. Quanto à burguesia, ainda que com todas as divergências que pudesse ter entre as várias frações, “apavorada diante do movimento de massas, que se radicalizava antes de 1964, escapando das mãos dos pelegos, conseguiu unir suas forças, para promover contra João Goulart o golpe que, em última instância, era dirigido contra as massas”³.

Esse balanço do contexto do golpe, feito por um dos grupos trotskistas que se reorganizou durante a ditadura, também contém elementos de uma dura crítica à atuação do PCB. Segundo a Organização Comunista 1º de Maio, durante o período anterior a 1964, o PCB:

“[...] havia conseguido impor a setores das massas a ilusão da tomada do poder pacificamente. Não havia se preparado para aparar e rebater os golpes que sempre estão sendo tramados pelos



*inimigos nem para a tomada do poder, pois, verdadeiramente, não o colocava como objetivo*⁴.

Embora o PCB tenha chegado em falar sobre uma “surpresa no desfecho”, se referindo ao golpe e ao papel da burguesia, para os marxistas nada daquilo era novidade. Os trotskistas, que se constituíram como corrente independente do PCB desde o começo da década de 1930, demonstraram em diversas análises a incapacidade da burguesia em fazer qualquer transformação na sociedade brasileira, defendendo a necessidade de organização independente dos trabalhadores e luta pela revolução socialista. Sobre a burguesia, os fundadores do trotskismo no Brasil afirmavam, ainda em janeiro de 1931:

*“Nenhuma fração da burguesia, por mais liberal que seja o seu rótulo, pode efetivar as promessas democráticas. A luta de classes é mais poderosa do que as abstrações do liberalismo político. Na fase imperialista do capitalismo a democracia burguesa – democracia formal – não passa de mistificação. A burguesia não tem mais interesse direto na realização das reivindicações democráticas”*⁵.

Os trotskistas também chamaram a atenção para o fato de que as particularidades do desenvolvimento capitalista não poderiam ser um fator determinante no processo de transformação política e social. Essas particularidades deveriam ser vistas como parte do processo internacional de dinâmica do capitalismo, ou seja, a revolução em um país invariavelmente seria parte da revolução mundial. Nesse sentido, os marxistas não poderiam subordinar suas táticas e muito menos sua estratégia às particularidades do desenvolvimento econômico específico do país nem

aos interesses da burguesia nativa, mas analisar sua dinâmica e interesses diante do imperialismo. Em 1933, os trotskistas afirmavam:

*“[...] o dogma centrista da subordinação da atividade dos partidos comunistas aos caracteres gerais do desenvolvimento capitalista, isto é, da subordinação da estratégia revolucionária, em cada país, a um tipo abstrato de capitalismo nacional, leva uma medida de idealismo aos partidos comunistas para a avaliação das forças da revolução e das suas tarefas imediatas. A distinção dada pelo programa da IC entre países maduros e países não maduros para o socialismo nada tem de marxista”*⁶.

Portanto, para o PCB, João Goulart não teria sido derrubado por sua política vacilante em relação ao imperialismo e sua confiança de que os militares respeitariam a democracia burguesa, mas por suas medidas pretensamente progressistas

Contudo, os erros cometidos pelo PCB não foram o suficiente para que o partido mudasse as bases de sua política. Para o partido, o fato de sua política de colaboração de classes ter colocado o proletariado a reboque dos interesses e movimentações da burguesia parecia ser o menor dos problemas. Pelo contrário, diante do golpe de 1964, o PCB faz o balanço de que suas moderadas críticas a João Goulart teriam enfraquecido o go-

verno e ajudado na ação dos golpistas:

*“Nossa atividade em relação ao governo de Goulart era orientada, na prática, como se sua política fosse quase inteiramente negativa. Desprezávamos seus aspectos positivos de grande importância, como, em sua política externa, a defesa da paz, da autodeterminação dos povos, do princípio de não-intervenção, o desenvolvimento das relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas, e, sua política, interna, relativo respeito às liberdades democráticas, o atendimento de reivindicações dos trabalhadores”*⁷.

Portanto, para o PCB, João Goulart não teria sido derrubado por sua política vacilante em relação ao imperialismo e sua confiança de que os militares respeitariam a democracia burguesa, mas por suas medidas pretensamente progressistas. O erro do PCB, por sua vez, não estaria em se negar a organizar os trabalhadores de forma independente do governo, mas de não ver os esforços de Jango para aplicar suas medidas pretensamente progressistas. O PCB assim fazia um balanço:

*“Concentrando nosso fogo no governo, exigíamos medidas cada vez mais avançadas, sem levar em conta nossas próprias debilidades e a fraqueza do movimento nacionalista e democrático, bem como a efetiva correlação de forças sociais que então existia, o que põe a nu a persistente influência do subjetivismo em nossas atividades”*⁸.

Em outras palavras, os trabalhadores não estavam prontos para uma luta mais avançada, mas o PCB parecia esquecer que esse avanço na organização e na consciência era tarefa do próprio partido. Essa postura teve continuidade ainda durante a ditadura, em particular na política de alianças com

a burguesia. Os trabalhadores deveriam aproveitar os embates internos dentro das classes dominantes e, a partir disso, se aliar às frações que se colocassem na oposição a aspectos da ditadura. Em 1967, afirmava o PCB:

*“A burguesia nacional participa da frente antiditatorial, embora sua oposição ao regime seja limitada. Outros setores das classes dominantes, cujos interesses são construídos pela política do governo ditatorial, podem participar de ações contra o regime e ser úteis à ativação e fortalecimento da frente antiditatorial”*⁹.

Essa compreensão levou a que, durante a ditadura, a política do PCB tenha passado à completa integração do partido à institucionalidade

burguesa, priorizando a intervenção dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida da ditadura, e a construção da unidade com o sindicalismo pelego. O centro da política continuava a passar pela unidade com a burguesia:

*“Na luta contra a ditadura fascista, os comunistas consideram necessário aglutinar todas as forças que, em maior ou menor grau, estão em contradição com o regime, incluindo não só o MDB, a Igreja e a burguesia não monopolista, mas também setores das FFAA, da ARENA e até mesmo de alguns representantes dos monopólios, descontentes com o caráter fascista assumido pelo regime”*¹⁰.



Em relação à dinâmica da revolução, pouco mudou na sua perspectiva em relação ao desenvolvimento capitalista, relacionando-o à defesa da democracia:

“O caminho da revolução brasileira, orientado para o socialismo, é democrático e nacional. Ele exige a mais completa democracia e a supressão dos obstáculos históricos que impedem o progresso nacional, a supressão da dominação imperialista, monopolista e latifundiária”¹¹.

Portanto, o PCB trabalhava na lógica do combate indireto contra a ditadura, institucionalizado e tendo como centro a “frente democrática e sua inserção no sistema político-institucional”¹². O PCB acabou priorizando a unidade ampla a todo custo, inclusive do ponto de vista partidário e sindical, se afastando dos setores combativos que construíam o PT e da CUT. Em 1981, o PCB chegou a denunciar que “multiplica-se no seio da classe operária e do movimento sindical a ação de correntes ‘esquerdistas’ que, no geral, se orientam por posições que não favorecem a unidade do proletariado e sua necessária aliança com outras forças sociais”¹³. O “esquerdismo” aqui criticado nada mais era do que a defesa da independência em relação ao PMDB e ao sindicalismo “pelego”. Essa postura do PCB fez com que o partido seguisse dentro do PMDB até conseguir sua legalização, em 1985, e permanesse na CGT, central onde se reunia o “sindicalismo de resultados”, até 1990, quando finalmente aderiu à CUT.

Portanto, analisando sua trajetória, não é surpresa o processo que levou o partido, no começo da década de 1990, diante do esfacelamento do stalinismo e do colapso da União Soviética, ao completo abandono de uma perspectiva revolucionária. Esse processo se desenvolveu ao longo de décadas, desde que o partido começou a construir justificas teóricas para a sua política de colaboração de classes, ainda na década de 1920. Nesse sentido, foi uma caminhada lógica a completa destruição do partido em seu congresso de 1991. Nesse congresso, o PCB abandonou formalmente o leninismo, afirmando em sua resolução:

“As concepções de ditadura do proletariado, de monopólio do poder pelo partido único, da predominância dos quadros sobre a participação das massas, produtos de uma época determinada, tudo isso exauriu-se. Há que buscar uma nova forma-partido, com um anova teoria e nova cultura, extraída da rica herança teórico-política do movimento socialista e da nova realidade do mundo, resgatando a melhor tradição do pensamento marxista”¹⁴.

Roberto Freire, então líder do partido e um dos principais articuladores da transformação do PCB em PPS, dizia ser necessário “começar a discutir qual o socialismo que queremos”, propondo que fosse algo entre “o modelo do socialismo real, de centralização política e econômica” e o esgotado social-democrata¹⁵. Freire afirmava que, “se continuássemos nessa posição estrita e dogmática, íamos continuar vegetan-

do, seríamos cada vez mais residuais, e não íamos dar uma resposta ao capitalismo que aí está, sem perspectiva de influir concretamente na sociedade brasileira”¹⁶. Em sua busca evitar se isolar, o PPS chegou a se tornar um aliado de partidos de direita, compondo governos de diferentes matizes ideológicas e, inclusive, defendendo o impeachment de Dilma em 2016.

Na década de 1990, marcada pela ofensiva ideológica e econômica do capitalismo em todo o mundo, viu-se extremas dificuldades no sentido da construção de organizações revolucionárias, em consequência da fragmentação e do abandono quase generalizado do referencial teórico marxista. No caso do PCB, um pequeno grupo dissidente iniciou o que foi chamado de “reconstrução revolucionária”, mas, apesar de alguns avanços, é comum a esse grupo esbarrar em resquícios do stalinismo. Um exemplo disso pode ser visto nas resoluções do congresso de 1996, em que corretamente critica a integração do partido às instituições do Estado na década de 1980. Contudo, no mesmo congresso, afirma que, no período anterior ao golpe de 1964, a aliança com “frações da burguesia industrial criou as condições, à época, para o desenvolvimento de importante trabalho de conscientização e politização das massas”¹⁷. Em sua equivocada avaliação, era correta uma aliança, ainda que tática, com a burguesia e isso, inclusive, teria sido importante no processo de organização dos trabalhadores.



Desaparecidos Ditadura Militar - Guerrilha do Araguaia

Esse breve panorama mostra a urgência de se construir uma verdadeira organização revolucionária no Brasil. Para tanto, é fundamental fazer um balanço profundo da trajetória do PCB e sua política stalinista, mostrando seus erros e traições. Outro aspecto central passa por reconhecer e estudar a fundo as contribuições dos trotskistas, que, mesmo nadando contra a corrente, ao longo do século elaboraram políticas corretas em conjunturas adversas, entre outras coisas analisando

o bonapartismo getulista, defendendo a necessidade da independência de classe na luta contra a ditadura e reivindicando a construção de uma internacional operária. Existe também a necessidade de se conectar às massas trabalhadoras, elaborando um programa que ligue as demandas mais sentidas com a necessidade da transição para a ditadura do proletariado. Somente sob essas bases mínimas será possível construir um verdadeiro partido revolucionário, operário e internacionalista.

NOTAS

¹ Resolução política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (1965). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 3, p. 24.

² Resolução política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (1965). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 3, p. 26.

³ Organização Comunista 1º de Maio. Algumas considerações sobre a formação da direção revolucionária do proletariado [janeiro de 1971]. In: Daniel Aarão Reis Filho & Jair Ferreira de Sá (org.). Imagens revolu-

cionárias. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 392.

⁴ Organização Comunista 1º de Maio. Algumas considerações sobre a formação da direção revolucionária do proletariado [janeiro de 1971]. In: Daniel Aarão Reis Filho & Jair Ferreira de Sá (org.). Imagens revolucionárias. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 393.

⁵ Aos trabalhadores do Brasil. In: Fúlvio Abramo; Dainis Karepovs. Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940). 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2015, p. 58.

⁶ Liga Comunista [prov.]. Projeto de teses sobre situação nacional [prov. 1933]. In: Fúlvio Abramo; Dainis Karepovs. Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940). 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2015, p. 125.

⁷ Resolução política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (1965). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 3, p. 25.

⁸ Resolução política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (1965). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1964-1982).

São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 3, p. 25.

⁹ VI Congresso do PCB (dezembro de 1967). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 3, p. 73.

¹⁰ Resolução política do CC do PCB (dezembro de 1975). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 3, p. 169.

¹¹ Teses para um debate nacional pela legalidade do PCB (maio de 1981). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 3, p. 280.

¹² Marco Aurélio Santana. Homens partidos comunistas e sindicatos no Brasil.

São Paulo: Boitempo, 2001, p. 245.

¹³ Teses para um debate nacional pela legalidade do PCB (maio de 1981). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 3.

¹⁴ Declaração política do IX Congresso do PCB. In: Roberto Freire. O que mudou no PCB? Brasília: Novos Rumos, 1991, p. 111.

¹⁵ Roberto Freire. O que mudou no PCB? Brasília: Novos Rumos, 1991, p. 31.

¹⁶ Roberto Freire. O que mudou no PCB? Brasília: Novos Rumos, 1991, p. 31-2.

¹⁷ PCB. Resoluções do XI Congresso. Rio de Janeiro, março de 1996, p. 10.



As eleições parlamentares nos EUA e a crise do sistema

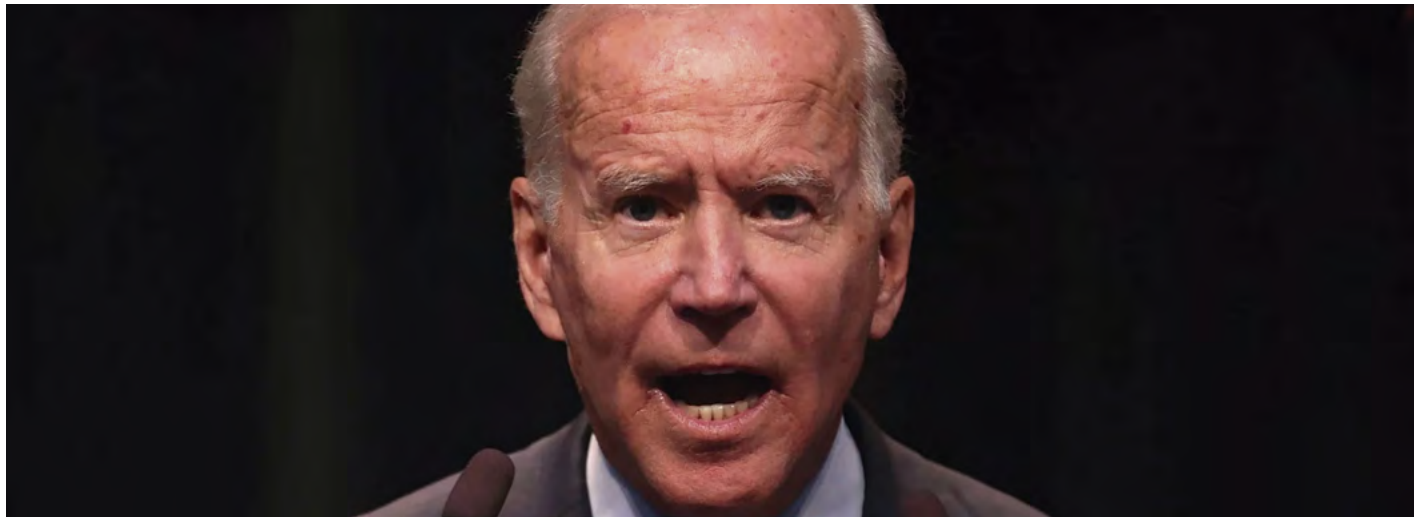
| FELIPE LIBÓRIO

Os EUA já começam os preparativos para as eleições parlamentares que acontecerão em 8 de novembro. Conhecidas como eleições de meio de mandato, elas têm o potencial de renovar todos os 435 assentos da Câmara e 35 das 100 cadeiras do Senado. Além disso, 39 estados vão eleger governantes.

As eleições nos EUA são distritais, um mecanismo que serve na prática para barrar a plena expressão democrática até mesmo dentro dos padrões burgueses. As eleições de novembro serão as primeiras afetadas pela redistribuição dos distritos em todos os 50 estados, uma medida que foi denunciada como forma de diluir o voto de negros, latinos e outras camadas oprimidas da classe trabalhadora.

O pleito deve acontecer em meio a uma temperatura política bastante elevada, com a luta de classes se expressando de formas cada vez mais organizadas e, em alguns casos, prestes a explodir.

O governo Biden se mostrou um desastre e hoje amarga meros 41% de aprovação. A aprovação do Congresso, controlado pelo Partido Democrata de Biden, é ainda pior: apenas 17%. Esses são índices bastantes preocupantes para a classe dominante estadunidense,



O governo Biden se mostrou um desastre e hoje amarga meros 41% de aprovação

que apostou em Biden para estabilizar o regime após os caóticos anos de Trump na presidência.

A tentativa de realizar um grande plano de aquecimento econômico, que incluía grandes obras públicas e financiamento para o sistema público de assistência social, foi derrotada em novembro de 2021. Agora o novo plano de redução da inflação tenta reviver algumas partes daquele primeiro projeto.

Numa tentativa de conter os ânimos das massas, os subsídios para gastos com saúde foram mantidos e alguns novos medicamentos passaram a compor a lista de subsidiados. Mas a maior diferença entre os dois planos está na criação de novos impostos e no corte de gastos para reduzir o déficit público.

Isso impacta diretamente empresas que obtêm lucro anual a partir de 1 bilhão de dólares, como

é o caso da Amazon, Nike e FedEx, e empresas que vendem ações na bolsa de valores e depois as compram de volta. Na prática, essas reformas apenas tiram parte do lucro das mãos de capitalistas individuais e os redistribuem para a classe capitalista como um todo através do Estado burguês.

Outro aspecto do plano é o incentivo a medidas de redução dos gases do efeito estufa, como adoção de carros elétricos e instalação de painéis solares em empresas e residências. Tomando o cenário da crise climática e ambiental como um todo, o que o governo está fazendo é delegar aos capitalistas e ao mercado a tarefa de interromper a crise.

Falta água, sobra lucro

A bacia do Rio Colorado, que fornece água para 40 milhões de pessoas, vive uma seca histó-

rica desde o ano passado, quando o Governo Federal declarou oficialmente que havia falta de água e determinou racionamento. Embora o nível do Rio Colorado venha baixando desde os anos 2000 e a crise se mostre cada vez mais severa, os capitalistas em momento algum deixaram de buscar lucros em meio ao desastre.

Em 2020, um escritório de investimentos chamado GSC Farms recebeu aprovação do Departamento de Recursos Hídricos do Arizona para comprar quase 2 km quadrados de terra em uma pequena comunidade rural chamada Cibola. O objetivo é explorar os "direitos hídricos" dessa comunidade e vender água para um subúrbio a 321 km, nos arredores de Phoenix.

Essa é mais uma expressão da dupla crise em que vivemos. Por um lado, a crise do capitalismo, que se mostra incapaz de garantir as necessidades humanas mais básicas, e por outro, a crise climática, que tem suas raízes no modo capitalista de produção e sua exploração irracional dos recursos naturais.

Conforme a crise se aprofunda, a escassez de água, energia e combustível tendem a afetar cada vez mais fortemente o dia a dia da classe trabalhadora, formando um caldo de insatisfação que pode acabar explodindo e adquirindo contornos revolucionários.

A classe trabalhadora se organiza

Em junho, os trabalhadores das lojas da Apple em Baltimore conquistaram uma vitória histórica e conseguiram votos suficientes para se tornarem sindicalizados. Trata-se da empresa com maior valor de mercado do mundo, 3 trilhões de dólares, e que pela primeira vez se vê diante de uma batalha séria pela sindicalização de seus empregados. Isso aconteceu no esteio de uma onda de sindicalização em outras grandes empresas como a rede Starbucks, a Activision Blizzard e a Amazon.

O processo de sindicalização dessas gigantes capitalistas não é nada fácil e exige um esforço conjunto de toda a classe trabalhadora, bem como o retorno aos métodos e táticas de luta que já se mostraram vitoriosos no passado. O resultado disso pode ser uma nova onda de sindicalização, organização e elevação da consciência de classe entre os trabalhadores, como aconteceu nos anos 1930 e 1940 durante a grande depressão e a Segunda Guerra Mundial.

Qualquer que seja o resultado das eleições parlamentares americanas, a luta de classes avança e os próximos anos preparam acontecimentos explosivos conforme o sistema se mostre incapaz de garantir o que os trabalhadores precisam.



Trabalhadores protestaram em frente a Apple contra o trabalho forçado em março de 2022